



ARLETE INÊS AURELLI
LEONARD ZIESEMER SCHMITZ
LÚCIO DELFINO
SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA RIBEIRO
WILLIAM SANTOS FERREIRA

Coordenadores

O DIREITO DE ESTAR EM JUÍZO E A COISA JULGADA

Estudos em homenagem a
Thereza Alvim

Prefácio

ARRUDA ALVIM
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER
EDUARDO ARRUDA ALVIM

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora Responsável
MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo
JULIANA MAYUMI ONO

Editores: Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Danielle Oliveira e Iviê A. M. Loureiro Gomes

Assistente Editorial: Karla Capelas

Produção Editorial
Coordenação
JULIANA DE CICCIO BIANCO

Analistas Editoriais: Amanda Queiroz de Oliveira, Andréia Regina Schneider Nunes, Danielle Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, George Silva Melo, Luara Coentro dos Santos e Rodrigo Domiciano Oliveira

Técnica de Processos Editoriais: Maria Angélica Leite

Assistentes Documentais: Maurício Zednik Cassim, Roberta Alves Soares e Samanta Fernandes Silva

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
CAIO HENRIQUE ANDRADE

Assistente Administrativo: Antonia Pereira e Francisca Lucélia Carvalho

Auxiliar de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Capa: Chrisley Figueiredo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Direito de estar em juízo e a coisa julgada : estudos em homenagem a Thereza Alvim / coordenadores Arlete Inês Aurelli...[et al.] . – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2014.

Outros coordenadores: Leonard Ziesemer Schmitz, Lúcio Delfino, Sérgio Luiz de Almeida Ribeiro, William Santos Ferreira.

Bibliografia
ISBN 978-85-203-5360-8

1. Coisa julgada – Brasil 2. Processo civil – Brasil 3. Processo judicial – Brasil I. Aurelli, Arlete Inês. II. Schmitz, Leonard Ziesemer. III. Delfino, Lúcio. IV. Ribeiro, Sérgio Luiz de Almeida. V. Ferreira, William Santos.

14-05915

.CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Processo judicial : Direito processual 347.9(81)

Sumário

Prefácio – ARRUDA ALVIM, TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM WAMBIER E EDUARDO ARRUDA ALVIM	5
Nota dos Coordenadores	11

Primeira Parte

O DIREITO DE ESTAR EM JUÍZO

1. Litigiosidade repetitiva, <i>distinguishing</i> e ausência de técnicas de sua implementação no Brasil.....	23
DIERLE NUNES, DANIEL POLIGNANO GODOY, DANILO CORRÊA LIMA DE CARVALHO e ALEXANDRE FREIRE	
2. Agravo retido no atual CPC e a forma de impugnação das decisões que não ensejam agravo de instrumento no Projeto do novo CPC.....	41
GILBERTO GOMES BRUSCHI e ANTONIO NOTARIANO JR.	
3. Homologação judicial de transação extrajudicial	53
ARMANDO VERRI JUNIOR	
4. Garantismo processual x ativismo judicial. Algumas reflexões sobre o conflito entre as duas teorias	63
ARMÊNIO CLOVIS JOUVIN NETO	
5. Inovações em matéria de recursos e o Projeto de novo CPC (alguns aspectos)	81
ARRUDA ALVIM	
6. O direito fundamental de estar e cooperar em juízo – Grau de eficiência da decisão judicial	97
BRUNO CAMPOS SILVA	
7. Devido processo “legal” e flexibilização do procedimento pelo juiz e pelas partes	109
BRUNO GARCIA REDONDO	
8. O direito de estar em juízo e a responsabilidade civil decorrente da efetivação de medida cautelar decretada <i>ex officio</i>	119
CRISTIANE DRUVE TAVARES FAGUNDES	

14 | O direito de estar em juízo e a coisa julgada – Estudos em homenagem a Thereza Alvim

9. Tutela cautelar e antecipatória.....	129
ERNANE FIDELIS DOS SANTOS	
10. A recepção do leilão extrajudicial pela Constituição Federal.....	143
EVERALDO AUGUSTO CAMBLER	
ANDRÉIA TAVARES SIRAQUE	
11. Tutela jurisdicional da propriedade: acesso à justiça via ação reivindicatória.....	155
FERNANDA TARTUCE e LUIZ DELLORE	
12. Desapego à tradicional visão da “jurisdição” e da “inafastabilidade do controle jurisdicional”.....	169
FLÁVIA PEREIRA RIBEIRO	
13. Elementos de definição do tempo razoável de duração do processo: crítica à contribuição do Tribunal Constitucional da Espanha.....	179
FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER	
14. Notas para uma teoria da interpretação da decisão judicial.....	199
FREDIE DIDIER JR.	
15. O cabimento da ação declaratória de não infração de direitos.....	203
GUILHERME TOSHIHIRO TAKEISHI	
16. Garantias constitucionais da publicidade dos atos processuais e da motivação das decisões no projeto do CPC.....	217
JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI	
17. Acesso à justiça, jurisdição constitucional e Estado Democrático de Direito: os obstáculos representados pela “baixa constitucionalidade”.....	225
LENIO LUIZ STRECK	
18. O direito processual de “não estar em juízo”.....	245
LEONARD ZIESEMER SCHMITZ	
19. El proceso civil en Colombia: la oralidad, otro paradigma en la función jurisdiccional.....	259
LILIANA DAMARIS PABÓN GIRALDO	
20. Ontem e hoje: os variados enfoques do acesso à Justiça.....	275
LÚCIO DELFINO	
LUCIANO CAMARGOS	
21. Introdução às alterações na Lei 8.245/1991 – Lei de Locações, e a nova Lei do Inquilinato – 12.112/2009 e o processo.....	307
LUIZ FERNANDO DO VALE DE ALMEIDA GUILHERME	

22. Do controle da insuficiência de tutela normativa aos direitos fundamentais processuais.....	319
LUIZ GUILHERME MARINONI	
23. Súmula 343 do STF. As novas tendências e o Anteprojeto do CPC.....	331
MÁRCIA CONCEIÇÃO ALVES DINAMARCO	
24. Uma análise pragmática do conceito de ação no direito processual civil contemporâneo	343
MÔNICA PIMENTA JÚDICE	
25. Superior Tribunal de Justiça – 25 anos	357
ROBERTO ROSAS	
26. O acesso à justiça sob a ótica do dever de lealdade das partes.....	363
ROSANGELA GAZDOVICH	
27. O estar em juízo democrático	371
ROSEMIRO PEREIRA LEAL	
28. O devido processo legal como meio legitimador para o juízo arbitral, <i>de lege ferenda</i> , efetivar suas sentenças. Uma releitura da jurisdição	381
SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA RIBEIRO	
29. Jurisdição como eixo metodológico do direito processual civil.....	397
VIVIAN ZARONI	
30. Pressupostos processuais, condições da ação e mérito. Estudos revisitados e o Projeto do CPC.....	407
WILLIAM SANTOS FERREIRA	

Segunda Parte

LEGITIMIDADE PARA ESTAR EM JUÍZO

1. A razão do <i>discrímen</i> da execução contra a Fazenda Pública e a legitimidade de partes.....	443
ANSELMO PRIETO ALVAREZ	
2. O fim da nomeação à autoria e a possibilidade de correção do polo passivo no Projeto do novo CPC.....	455
ARLETE INÊS AURELLI	
IZABEL CRISTINA PINHEIRO CARDOSO PANTALEÃO	
3. Reflexão sobre a alteração proposta para o art. 81, parágrafo único, III, do CDC	465
CASSIO SCARPINELLA BUENO	

16	O direito de estar em juízo e a coisa julgada – Estudos em homenagem a Thereza Alvim	
4.	Legitimidade e representatividade na ação civil pública: por um controle <i>ope judicis</i> amparado em parâmetros constitucionais	479
	CLARISSA DINIZ GUEDES	
5.	A legitimação <i>ad causam</i> do Ecad na gestão coletiva dos direitos autorais à luz da interpretação do STJ.....	507
	EDUARDO SALLES PIMENTA e CRISTIANE FURQUIM MEYER	
6.	Notas sobre a denúncia da lide, o Projeto do novo CPC e a condenação direta do denunciado	515
	DANIEL WILLIAN GRANADO, ROSANE PEREIRA DOS SANTOS e GIANFRANCESCO GENOSO	
7.	A assistência no Projeto do novo CPC brasileiro.....	523
	LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA	
8.	Do direito das partes de estar nas lides societárias e da intervenção no processo por administrador do juízo.....	535
	MAURICIO SCHEINMAN	
9.	O perfil das novas formas positivadas de intervenção de terceiros no Projeto do CPC: descon sideração da personalidade jurídica e <i>amicus curiae</i>	547
	OLAVO DE OLIVEIRA NETO	
10.	Legitimidade extraordinária, procedimento e decisão arbitral: o eterno retorno à transmissão da coisa ou direito em litígio na pendência da ação....	559
	PAULA COSTA E SILVA	
11.	Uma revisita aos conceitos de legitimidade processual, legitimidade <i>ad causam</i> , e legitimidade <i>ad processum</i>	569
	PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA	
12.	Ligeiras considerações sobre litisconsórcio.....	581
	CASTRO FILHO	
13.	A questão da legitimidade do locatário na ação relativa a débito tributário	593
	SÉRGIO SEIJI SHIMURA e CAMILA SALGUEIRO DA PURIFICAÇÃO MARQUES	

Terceira Parte

COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA

1.	A coisa julgada no litisconsórcio facultativo unitário. O exemplo de ações coletivas e individuais no campo da saúde.....	611
	ADA PELLEGRINI GRINOVER	
2.	A coisa julgada reexaminada na demarcação constitucional	615
	ANDRÉ DEL NEGRI	

3. Limites subjetivos da coisa julgada nas ações de Estado	625
ARAKEN DE ASSIS	
4. Coisa julgada constitucional e o novo conceito de trânsito em julgado	633
CARLOS HENRIQUE SOARES	
5. Trânsito em julgado objetivamente complexo.....	651
CLÁUDIA A. CIMARDI	
6. Limites subjetivos da coisa julgada e destinatários dos poderes executórios no mandado de segurança	669
DANIEL COLNAGO RODRIGUES e PAULO EDUARDO D'ARCE PINHEIRO	
7. Relativização da coisa julgada: uma interpretação segundo a lógica do razoável	685
DANIELA JORGE MILANI	
8. Questões controvertidas sobre a coisa julgada.....	693
ANGÉLICA ARRUDA ALVIM e EDUARDO ARRUDA ALVIM	
9. Da reconvenção pelo autor da ação originária – Direito de estar em juízo e ampliação dos limites objetivos da coisa julgada à luz do Código de Processo Civil atual e projetado.....	707
FABIANA DE SOUZA RAMOS	
10. Autorreferência e heterorreferência: a coisa julgada (in)constitucional a partir do diálogo entre Kans Kelsen e Paulo Otero	719
FERNANDO RISTER DE SOUSA LIMA e NURIA LÓPEZ	
11. Da mitigação da incidência da Súmula 343 do STF – Do acertado posicionamento que vem sendo adotado pelo STJ em determinados casos.....	729
FERNANDO ANSELMO RODRIGUES e ALUIZIO JOSÉ CHERUBINI	
12. Coisa julgada e questão prejudicial no novo CPC.....	735
FRANCISCO DOS SANTOS DIAS BLOCH	
13. Reflexões sobre os limites objetivos da coisa julgada no CPC vigente e futuro: a perda de objeto da ação declaratória incidental	747
GIANVITO ARDITO e MARCELO CHIAVASSA DE MELLO PAULA LIMA	
14. Coisa julgada: limites objetivos e eficácia preclusiva (CPC atual e Código projetado).....	761
HUMBERTO THEODORO JR.	
15. Coisa julgada sobre questões prejudiciais no Código vigente e no projetado	773
JOÃO FRANCISCO NAVES DA FONSECA	

18 O direito de estar em juízo e a coisa julgada – Estudos em homenagem a Thereza Alvim	
16. Notas sobre a coisa julgada na arbitragem doméstica.....	787
JOSÉ ANTONIO FICHTNER, SERGIO NELSON MANNHEIMER e ANDRÉ LUÍS MONTEIRO	
17. A coisa julgada e a decisão interlocutória de mérito. A reafirmação do sistema pelo Projeto do novo CPC	805
JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS	
18. La cosa juzgada en Colombia. Entre la seguridad jurídica y la justicia de la decisión	831
JUAN FELIPE VALLEJO OSORIO	
19. A coisa julgada coletiva e o incidente de resolução de demandas repetitivas no novo CPC.....	845
LEANDRO BASDADJIAN BARBOSA	
20. Revisitando a teoria da flexibilização da coisa julgada nas ações de investigação de paternidade: enfoque no REsp 706.987/SP do STJ	855
LEONARDO DE FARIA BERALDO	
21. Cognição sumária e coisa julgada	867
LEONARDO GRECO	
22. Rescisória por alteração da jurisprudência e violação à súmula vinculante (e outras decisões vinculantes)	885
LUCAS RISTER DE SOUSA LIMA	
23. Coisa julgada e segurança jurídica	903
LUIZ EDUARDO RIBEIRO MOURÃO	
24. A relativização da coisa julgada – Teoria e prática: trato de convivência e uma tentativa de sistematização	911
MIRNA CIANCI	
25. Ação anulatória, ação rescisória e transação: uma chance para a fungibilidade?	921
MÔNICA BONETTI COUTO	
26. Ação rescisória fundada em documento novo e o início da contagem do prazo decadencial	935
PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA	
27. O processo civil coletivo: legitimidade e coisa julgada.....	947
RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY	
28. Limites subjetivos da coisa julgada	971
RICARDO MAGALHÃES DE MENDONÇA	

29. O <i>ius superveniens</i> e a coisa julgada.....	989
RODRIGO MAZZEI	
TIAGO FIGUEIREDO GONÇALVES	
30. Possibilidade de ajuizamento de ação rescisória por violação de lei: a mudança brusca e injustificada de orientação jurisprudencial.....	999
STELLA ECONOMIDES MACIEL	
31. A relativização da coisa julgada e seu reflexo no direito à prestação jurisdicional.....	1015
THIAGO CONTE LOFREDO TEDESCHI	